

Alteração à Circular nº 1 da DGEG

05/07/2016

Enquadramento

Enquadramento

Objetivo

Situação identificadas pela Documentação

A alteração à Circular 1:2010

O procedimento de regularização documental

Circular 1:2010

No sentido de uniformizar critérios para efeitos da realização de inspecções periódicas, a DGEG esclarece e determina que:

1. Qualquer que tenha sido o procedimento previsto no Anexo XV do D.L. nº 295/98, para a avaliação de conformidade do ascensor, deve ser constituído e estar presente no momento da inspecção periódica um dossiê que no mínimo deve conter :

- a) declaração CE de conformidade.
- b) listagem dos órgãos de segurança com identificação dos respectivos certificados de exame CE de tipo.
- c) plano da instalação (que identifique os principais componentes da instalação e sua localização). Este plano deve ter pelo menos uma representação em corte onde seja possível identificar os pisos e as respectivas cotas altimétricas.
- d) identificação dos cabos de suspensão - tipo e características, incluindo carga de ruptura.
- e) esquemas eléctricos da instalação (circuitos de segurança e potência).

Esta documentação faz parte do dossier que o instalador está obrigado a fornecer ao proprietário no momento da colocação em serviço.

2. A não apresentação em sede de inspecção periódica da declaração CE de conformidade prevista na alínea a) do nº 1 produz, concomitantemente, os seguintes efeitos :

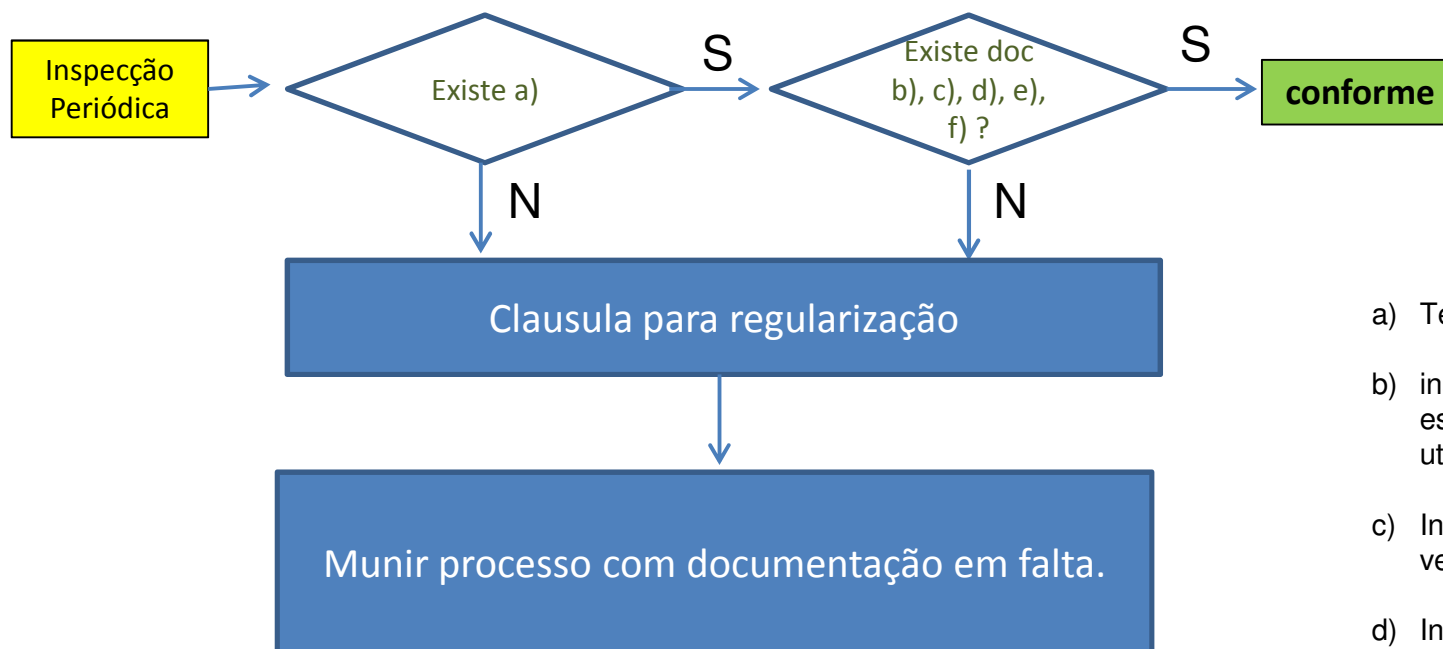
2.1 aplicação de cláusula C1, com a consequente imobilização da instalação (trata-se de uma instalação a funcionar ilegalmente).

2.2 abertura do processo de contra-ordenação, previsto no nº 1 do artº 11º do Decreto-Lei 295/98 de 22 de Setembro.

Para este efeito as **Eis deverão informar a DGEG das situações de incumprimento registadas**, cabendo a esta, a obrigação de comunicar à DRE respectiva os elementos para a abertura do processo de contra-ordenação .

3. A não apresentação em sede de inspecção periódica de um ou mais dos documentos referidos nas alíneas b),c),d),e) do nº 1 , dá lugar à aplicação de **cláusula C2**. A responsabilidade pela apresentação destes documentos é do proprietário, podendo este demandar o instalador, nos termos das disposições legais aplicáveis.

4. A aplicação das sanções previstas nos nºs 2 e 3, fica suspensa por um período de 90 dias, durante o qual o proprietário por si ou o instalador podem proceder à regularização documental da situação, junto da entidade responsável pela IP.



- a) Tem Declaração CE ?
- b) instruções com desenhos e esquemas necessários para a utilização corrente
- c) Instruções para manutenção e verificações periódicas
- d) Instruções para inspeção
- e) Instruções para reparação
- f) Instruções para manobras de socorro

Enquadramento

➤ O Anexo I do DL 295/98 fixa, no ponto 7.2, a documentação que, obrigatoriamente, deve acompanhar cada ascensor após colocação em mercado:

7.2 — Cada ascensor deve ser acompanhado de documentação redigida em língua portuguesa, compreendendo, no mínimo:

- a) **Um manual de instruções** com os **desenhos e esquemas** necessários para a **utilização corrente**, assim como para a **manutenção**, a **inspecção**, a **reparação**, as **verificações periódicas** e as manobras de socorro indicadas no n.º 5.4;*
- b) **Um livro de registo** no qual as reparações e, eventualmente, as **verificações periódicas** possam ser anotadas.*

➤ Cabe ao instalador do ascensor a responsabilidade de assegurar a conformidade do ascensor com os requisitos essenciais de segurança e saúde estabelecidos no Anexo I.

➤ O Decreto-Lei n.º 295/98 de 22 de setembro (DL 295/98), estabelece os princípios gerais de segurança a que devem obedecer os ascensores e os componentes de segurança e os requisitos essenciais a cumprir para a sua “colocação no mercado” e em serviço, transpondo para direito interno a Diretiva 95/16/CE Diretiva “Ascensores”.

Enquadramento

Resultante de um trabalho desenvolvido no grupo de trabalho “Observatório dos ascensores”, em 2010, como forma de proceder à implementação de mecanismos de controlo da colocação em mercado dos ascensores, a DGEG implementou a Circular nº1 (Circular 1/2010), com o objetivo de :

- verificar a existência da documentação exigida pelo DL 295/98, para garantir que aos proprietários, EMIE e EIIE que os ascensores são mantidos e inspeccionados de acordo com estabelecidos pelo fabricante do ascensor ou dos componentes de segurança;
- essa documentação se mantém disponível ao longo da vida útil do ascensor, e seja regulamente atualizada;
- uniformizar critérios para efeitos para a realização de inspecções periódicas aos ascensores;
- Garantir documentação que indique o funcionamento do ascensores em situações de desencarceramento.

Resultados da Circular 1:2010

Seis anos após a implementação da circular entende-se:

- que o procedimento de controlo da Circular 1/2010, (verificação da documentação do ascensor) é consistente com os princípios legais DL320/2002 e DL 295/98;
- indispensável para garantir condições às EMIE e EIIE condições para o desenvolvimento das sua atividade (manutenção e inspeção)
- produziu os efeitos esperados disciplinando-se a existência da documentação nos atos inspetivos.

Resultados da Circular 1:2010

... Porem:

- continua a existir um indeterminado e previsivelmente elevado número de instalações não documentadas
- Identificam-se dificuldades na posterior regularização documental do ascensor,
- Verifica-se situações que pela sua natureza não são solucionáveis:
 - a) nos tempos indicados na Circular 1
 - b) Pelas entidades que estiveram envolvidas na colocação em mercado do ascensor (entidade instaladora, município, construtor do edifício, etc.)

colocando assim os proprietários perante situações de difícil resolução e sobre as quais interessa refletir e atuar.

Analise da aplicação da Circular 1/2010

Revogar a Circular 1:2010?

- Os princípios da circular estão errados?
- Como garantir que as EMIE acedem e procedem à manutenção de acordo com as prescrições dos fabricantes?
- Como garantir que as EIIE acedem e procedem à inspeção de acordo com as prescrições dos fabricantes?

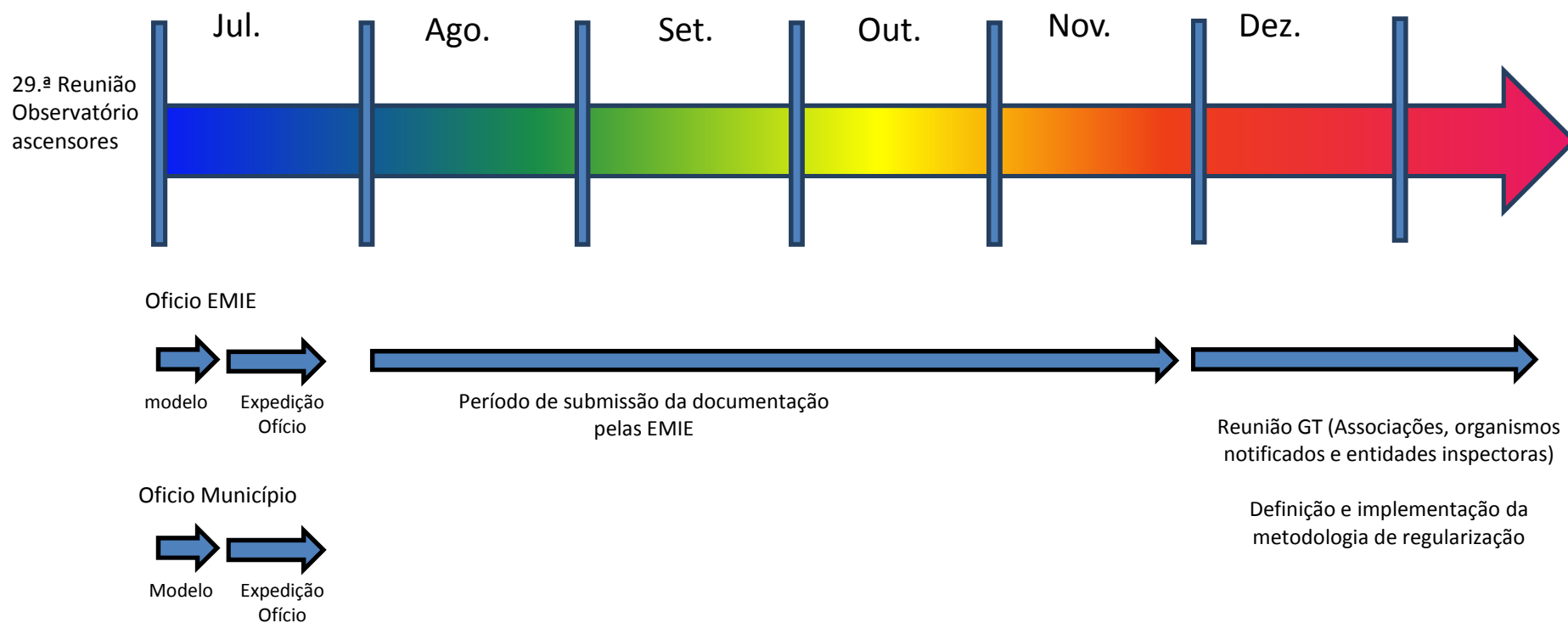
Analise da aplicação da Circular 1/2010

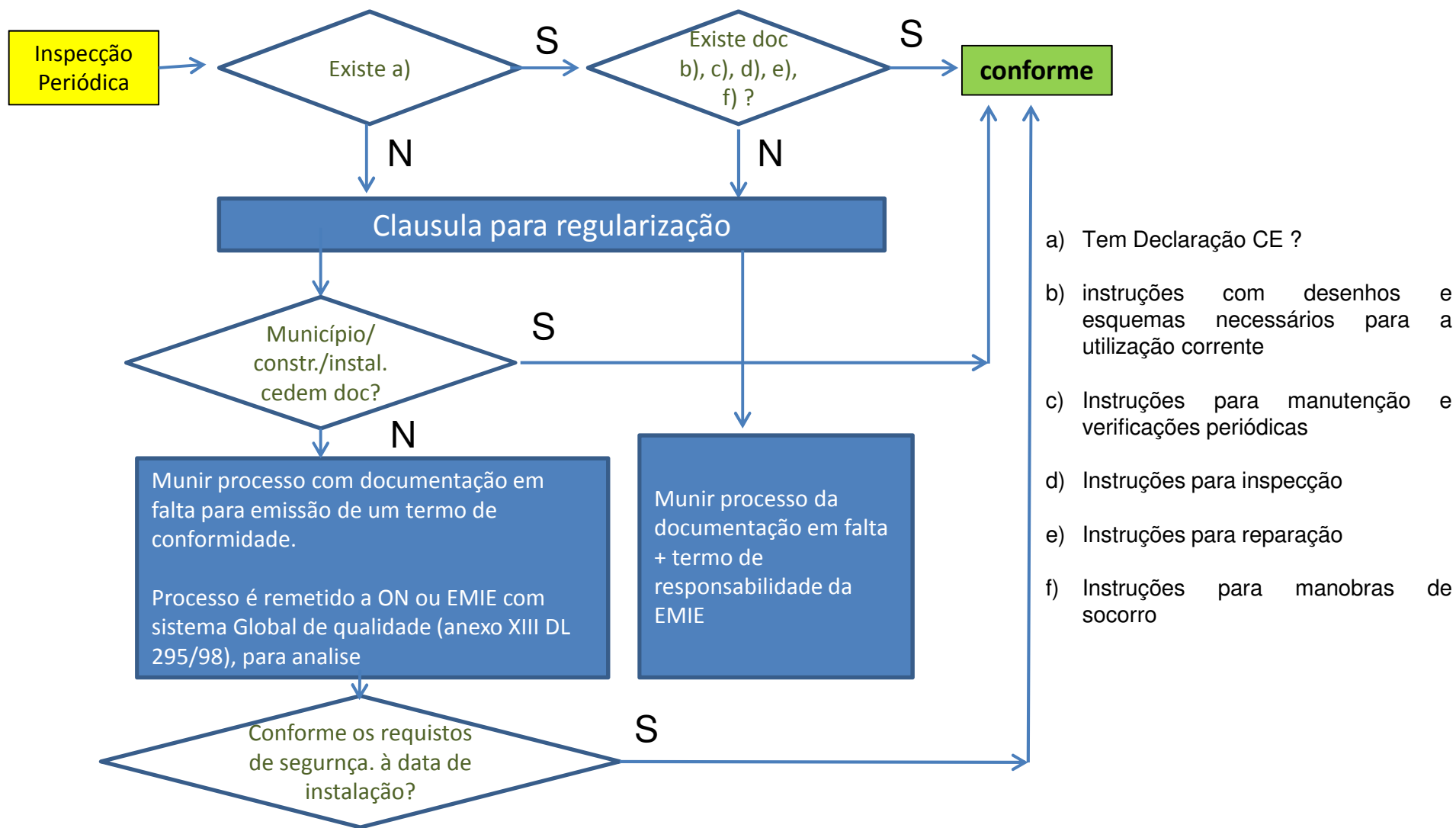
Actualizar Circular 1:2010, sabendo:

- que as entidades licenciadoras dos edifícios devem conservar informação sobre a colocação em mercado do ascensor (*no mínimo Declaração CE, cfr. DL n.º 136/2015 e Portaria n.º 113/2015*);
- À luz do enquadramento legal, as únicas entidades que devem possuir a documentação dos ascensores, são a entidade instaladora ou proprietário.
- As dificuldades da Circular 1.2010 advém principalmente da inexistência de um procedimento de regularização documental no caso de perda ou extravio da documentação;
- O procedimento de regularização advenha da possibilidade do proprietário, auxiliado pela EMIE, dotar o ascensor de documentação que corresponda:
 - aos componentes instalados,
 - condições de segurança exigidos à data de instalação (caso falte o declaração CE)

Os Trabalhos da circular 1:2010

2015







OBRIGADO